

**EDUCAÇÃO INFANTIL ESPECIAL/INCLUSIVA: CRIANÇAS AUTISTAS E COM
PARALISIA CEREBRAL EM OCARA-CEARÁ**

**SPECIAL/INCLUSIVE EARLY CHILDHOOD EDUCATION: AUTISTIC CHILDREN
AND CHILDREN WITH CEREBRAL PALSY IN OCARA-CEARÁ**

**EDUCACIÓN INFANTIL ESPECIAL/INCLUSIVA: NIÑOS AUTISTAS Y CON
PARÁLISIS CEREBRAL EN OCARA-CEARÁ**

Meiriane da Silva Pinheiro

meirianehistoriadora@gmail.com

Mestra em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (Unilab)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

Antônio Roberto Xavier

roberto@unilab.edu.br

Pós-doutor e doutor em Educação (UFC)
Docente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Joaquim Silva Pereira

joaquimsilpper@gmail.com

Mestrando em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (UNILAB)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

RESUMO

A escola é um ambiente onde se promove o saber, acolhe e prepara a criança para viver de forma autônoma, independente na sociedade, onde deve participar, interagir e dividir os mesmos espaços com as demais crianças independente de suas limitações, propiciando à proposta da educação especial/ inclusiva. O presente trabalho de pesquisa tem como temática Educação Infantil Especial/Inclusiva: crianças autistas e com paralisia cerebral em Ocara-Ceará, com objetivo de fomentar o conhecimento e entendimento acerca das deficiências para que a inclusão aconteça de fato, desde a primeira infância com a finalidade de promover a interação e inclusão

social entre as crianças com deficiências, tanto física, quanto com transtorno do neurodesenvolvimento, contemplando as crianças em suas especificidades típicas e atípicas. A pesquisa é uma abordagem qualitativa, buscando na literatura a visão de autores que dialogam acerca da temática apresentando possibilidades de desenvolvimentos satisfatórios mediante o conhecimento, formação e metodologias utilizadas pelos profissionais do universo escolar.

Palavras-chave: Educação Infantil. Inclusão. Autismo. Paralisia Cerebral.

ABSTRACT

The school is an environment where knowledge is promoted, welcomes and prepares children to live autonomously, independently in society, where they must participate, interact and share the same spaces with other children regardless of their limitations, supporting the purpose of education special/inclusive. The present research work has as its theme Special/Inclusive Early Childhood Education: autistic children and those with cerebral palsy in Ocara-Ceará, with the aim of promoting knowledge and understanding about disabilities so that inclusion actually happens, from early childhood with The purpose of promoting interaction and social inclusion among children with disabilities, both physical and neurodevelopmental disorders, considering children in their typical and atypical specificities. The research is a qualitative approach, seeking in the literature the vision of authors who discuss the topic, presenting possibilities for satisfactory developments through the knowledge, training and methodologies used by professionals in the school universe.

Keywords: Early Childhood Education. Inclusion. Autism. Cerebral Palsy.

RESUMEN

La escuela es un ambiente que promueve el conocimiento, acoge y prepara a los niños para vivir de forma autónoma e independiente en la sociedad, donde deben participar, interactuar y compartir los mismos espacios con otros niños, independientemente de sus limitaciones, fomentando la propuesta de educación especial/inclusiva. El tema de esta investigación es Educación Infantil Especial/Inclusiva: niños autistas y niños con parálisis cerebral en Ocara-Ceará, con el objetivo de fomentar el conocimiento y la comprensión sobre la discapacidad para que la inclusión realmente ocurra, desde la primera infancia, con el objetivo de promover la interacción y la inclusión social entre los niños con discapacidad, tanto física como con trastornos del neurodesarrollo, contemplando a los niños en sus especificidades típicas y atípicas. La investigación es de abordaje cualitativo, buscando en la literatura la visión de autores que dialogan

sobre el tema presentando posibilidades de desarrollos satisfactorios a través del conocimiento, formación y metodologías utilizadas por los profesionales en el universo escolar.

Palabras clave: Educación infantil. Inclusión. Autismo. Parálisis Cerebral.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, vivenciamos novos desafios da inclusão, onde as pessoas com deficiência necessitam estar preparadas para assumir diversas funções na sociedade. A educação é um dos direitos fundamentais garantidos desde a Constituição Federal de 1988, com o lema global de “educação para todos”, logo, a Educação Especial/Inclusiva está incluída nesse lema. Atualmente no Brasil, essa modalidade de educação é definida em uma perspectiva mais ampla, que ultrapassa a concepção de atendimentos especializados, tal como vinha sendo a sua marca nos últimos tempos.

Por conseguinte, o ensino de práticas pedagógicas especial/inclusivas terá resultados significativos iniciando desde a primeira infância, com o intuito de proporcionar autonomia às crianças com deficiências em uma rotina educacional que atenda suas especificidades. Desse modo, o ambiente educativo precisa desenvolver sintonia com os diferentes eixos de exploração e de comunicação de cada criança de forma dinâmica, prazerosa e acolhedora.

As práticas educativas de uma escola inclusiva podem ser superadas a partir da utilização de recursos que fomentem o ensino com metodologias diversificadas despertando as crianças, gestores, funcionários, educadores e comunidade escolar sobre a importância da aprendizagem significativa na nossa sociedade para que a inclusão seja de fato e de direito para todos com ou sem deficiência. A referida pesquisa busca entender se as crianças com deficiências Transtorno do Espectro

Autista (TEA) e Paralisia Cerebral (PC), vivenciam o envolvimento das práticas inclusivas por parte dos docentes, discentes e funcionários, de fato, o CEI Pequeno Lucas atende as características de Educação Especial/Inclusiva? A formação continuada de professores está alinhada a estas práticas?

A presente pesquisa aborda sobre Educação Especial/Inclusiva na Educação Infantil pertinente as práticas pedagógicas inseridas no processo educativo relacionado de modo peculiar para crianças autistas e com paralisia cerebral, contemplando-as com práticas inclusivas baseadas na Pedagogia de projetos, de forma humanizada por meio da ludicidade, com vivências na linguagem oral/escrita, sensorial e visual. O estudo concerne o processo educacional para o desenvolvimento integral de crianças com TEA e PC, público-alvo na aquisição do processo ensino aprendizagem com metodologias diversificadas estratégias pontuais e significativas alinhadas às metodologias assistivas no Centro de Educação Infantil Pequeno Lucas em Ocara, Ceará (BRAGA, 2018, p. 36).

Assim, a pesquisa visa fomentar o conhecimento e entendimento acerca das deficiências para que a inclusão aconteça de fato, desde a primeira infância com a finalidade de promover a interação e inclusão social entre as crianças com deficiências, tanto física, quanto com transtorno do neurodesenvolvimento, contemplando as crianças em suas especificidades típicas e atípicas. Visto que, ao se falar em pessoas com deficiências-PCDs, as quais, a bem pouco tempo eram segregadas, desprovidas de oportunidades de ensino, por vezes eram excluídas da sociedade, viviam como prisioneiras dentro da própria casa.

Desse modo, busca-se, também, o conhecimento e entendimento da comunidade escolar acerca das deficiências para que a inclusão aconteça de fato, desde a primeira infância com a finalidade de promover a interação e inclusão social entre as crianças com deficiências, no tocante ao desenvolvimento plausível, cognitivo, motor, afetivo, social e educacional das crianças com paralisia cerebral- PC e Transtorno do Espectro Autista-TEA. Mobilizar a comunidade escolar para o

conhecimento e entendimento das deficiências físicas e do neurodesenvolvimento, TEA, inserido como prioridade no Projeto Político Pedagógico como ação contínua, desenvolvendo projetos que contemplem ações atitudinais que torne a comunidade escolar e o Centro da Educação Infantil Especial/Inclusiva com atividades lúdicas-práticas, diversificadas e movimentos frequentes dando visibilidade as crianças PC, TEA e demais deficiências na garantia dos seus direitos, oportunizando seu desenvolvimento cultural, educacional, pessoal e social.

METODOLOGIA

Esta pesquisa aborda a temática na seara da Educação infantil Especial/Inclusiva: estudo com crianças autistas e com paralisia cerebral em Ocara-Ceará. O lócus em estudo será o Centro de Educação Infantil Pequeno Lucas, situado na sede da cidade de Ocara, no Ceará, há 85km da capital Fortaleza, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), situada na rua Cassiano Correia, 268. A cidade apresenta clima tropical quente semiárido, localizada entre serras e sertões, fazendo parte de um dos 13 municípios que compõem o Maciço de Baturité.

A referida pesquisa trata-se de uma abordagem qualitativa in loco com uma metodologia do conhecimento teórico/bibliográfico, historiográfico, observação, com as técnicas de análise do discurso pertinente a pesquisa-ação. Quanto aos objetivos, a pesquisa deve ser exploratória por meio de rodas de conversas, vivências de aulas práticas envoltas pela dialética, grupos focais, entrevistas e levantamento de informações. Pensar em uma pesquisa qualitativa se faz necessário à práxis da dialética na construção do conhecimento. Na visão de Chizzotti (2003) para elucidar a pesquisa devemos nos apropriar dos instrumentos mais adequados à sua ação e intervir no seu mundo para construí-lo adequado à sua vida (Chizzotti, 2003, p. 228).

A pesquisa surgiu a partir do estágio de observação para conclusão do Curso de Educação Especial/Inclusiva em 2023, seguida de olhares que direcionavam os envolvidos para uma ação documental, visto que, a dinâmica vivenciada no CEI Pequeno Lucas deve ser disseminada para que a inclusão e os atendimentos multidisciplinares as pessoas com deficiências aconteçam desde a primeira infância. Esse entendimento nos faz compreender que o desenvolvimento satisfatório para a vida adulta depende de como essas crianças são trabalhadas como protagonistas logo na primeira infância.

Desse modo, seguimos com as observações durante o percurso do estágio, descrevendo o espaço desde a sua estrutura física quanto humana, finalizando com a escrita documental a qual será apresentada a seguir nos resultados e discussões.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante de estudos e conhecimentos acerca das deficiências, de acordo com o Censo 2022 (IBGE), a população com deficiência no Brasil foi estimada em 18,6 milhões de pessoas de 2 anos ou mais, o que corresponde a 8,9% da população dessa faixa etária. Segundo Brasil (2004), a estrutura de Educação Especial, elaborada pela conferência Mundial em Educação Especial articulada pelo governo da Espanha em concordância com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), realizada em Salamanca entre 7 e 10 de junho de 1994, tem o objetivo de informar sobre políticas e guias de ações governamentais, de organizações internacionais ou agências nacionais de auxílio, organizações não governamentais e outras instituições na implementação da Declaração de Salamanca sobre princípios, Política e prática em Educação Especial/Inclusiva as quais devem estar presentes em todos os ambientes da sociedade.

A base estrutural da educação em suas experiências tem como referência os países participantes, bem como se baseiam nas resoluções, recomendações e publicações do sistema das Nações Unidas e outras organizações intergovernamentais, de modo peculiar o documento Procedimentos-Padrões na Equalização de Oportunidades para Pessoas Com Deficiência-PCD. Essa Estrutura de Ação visa considerar as propostas, direções e recomendações originadas dos cinco seminários regionais preparatórios da Conferência Mundial, a qual se refere que, toda criança tem direito fundamental à educação e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, pois toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagens que são únicas. As “escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos” (Brasil, 1994, p. 01).

Buscar conhecimentos para identificar e saber lidar com as crianças com deficiências, melhorar seu currículo para desenvolver atividades funcionais, envolver a família no cotidiano escolar como parceria, tornando o ambiente inclusivo e acolhedor, deve ser missão tanto da escola, quanto dos profissionais da educação. Montessori dá uma contribuição imensurável para o desenvolvimento da aprendizagem da criança com deficiência, Freire defende que educar é um ato de solidariedade, pois vai muito além de ensinar a ler e escrever precisa-se envolver os alunos em um ambiente afetoso. Nas práticas pedagógicas defendidas por John Dewey (1859-1952) e Paulo Freire (1921-1997) “desenvolver a vontade de empreender mudança e de criar redes de práxis participativa que sejam respeitadoras dos atores-chave do desenvolvimento pedagógico: as crianças, os educadores e as famílias” (Oliveira-Formosinho, 2019, p.38).

Nesse sentido, a sociedade brasileira jamais deve se distanciar em compreender e vivenciar a educação Especial/Inclusiva nas escolas, pois além de

garantir a matrícula da criança, garante também o acompanhamento especializado, isso não pode ser negligenciado. A Educação Especial é destaque na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96 em seu capítulo V, Art. 58º. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais. No parágrafo 3º discorre sobre a oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tendo início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (Brasil, 1996).

Atualmente, chegam às escolas, especialmente na Educação Infantil, muitas crianças com deficiências ou transtornos. Surgem indagações frequentes dos profissionais da educação referindo-se que os casos crescem com intensidade nos últimos anos. Pelo contrário, durante séculos, crianças, jovens e adultos foram excluídas, segregadas, confinados em suas casas, as escondidas da sociedade, pois o preconceito era extremamente elementar, tornando impossível uma convivência harmoniosa na sociedade, tais ações, induziam as famílias ao medo de estar com os PCDs no meio social. Por conseguinte, a temática referente à Educação Especial/Inclusiva “é discutida em todas as camadas sociais e em todas as áreas de atuação, compreendendo que é um tema de interesse de todos os profissionais” (Braga, 2018, p. 47).

Mediante as lutas por políticas públicas e garantia de direitos, documentos que reconhecem os direitos humanos e a cidadania do povo, em 1997 o Brasil desperta para que todas as pessoas com deficiência sejam regularmente matriculadas em escolas de ensino regular. Nessa perspectiva, o número de deficientes se torna considerável aos olhos da população, aos poucos se quebra a cultura do preconceito e as famílias tomam coragem para apresentar seus familiares com deficiência na sociedade, ao qual se tornam ingressos, por lei e direitos garantidos. Faz-se necessário entender que “somente a partir da década de 1990, mais especificamente após a Declaração de Salamanca de 1994, a educação inclusiva e suas demais

variações, como a educação especial/inclusiva e/ou voltada para as minorias, ganhou atenção com maior consistência” (Xavier; Vasconcelos; Xavier, 2018, p. 25).

Recentemente, estudos sinalizam os inúmeros transtornos apresentados à sociedade, o número de crianças atendidas e acompanhadas por especialistas é significativo, sendo importante também, aos profissionais da educação uma ressignificação em seus conhecimentos formal no que se refere à formação focal nos diferentes transtornos e deficiências para melhor atender e colaborar com o processo ensino aprendizagem das crianças em sala de aula comum, defendido na LBI, “reconhecendo a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de flexibilidade curricular, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015”, (Brasil, 2015).

Sendo o TEA, o transtorno mais presente nas escolas, se tornando uma preocupação de todos, Silva (2012), descreve que os comportamentos disruptivos cognitivos, tais como compulsões, rotinas, insistência e interesses circunscritos que são caracterizados por uma aderência rígida a alguma regra ou necessidade de ter as coisas somente por tê-las (Silva, 2012, p. 39-40).

Assim, o TEA foi reconhecido pela Lei nº 12.764/12, caracterizado como um transtorno do neurodesenvolvimento, uma deficiência persistente que compromete a linguagem, a comunicação, interação social, afetividade, comportamentos sensoriais incomuns, em alguns casos com a presença de ecolalia e estereotípias. Sendo classificado pelo Código Internacional de Doenças (CID 10) pela sigla F 84.0, apontado como Transtornos Invasivos do Desenvolvimento ou Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), a CID 10 F 84.0, recentemente substituída pela CID 11 6A02 com subdivisões de níveis de suporte podendo ser seguidas de comorbidades associadas. Os níveis de suporte 1, 2 e 3 são determinados pela maior ou menor capacidade de comprometimentos que as crianças apresentam para sua independência pessoal e social.

Entretanto, a interação das crianças com TEA, assim como as demais crianças na sala de aula comum é imprescindível para que a aprendizagem aconteça de forma plausível, bem como o acompanhamento na sala de AEE contribui significativamente para a desenvoltura das crianças, uma vez que o atendimento visa focar em suas especificidades, garantindo um tempo específico e individual de atendimento a partir da dificuldade das crianças com atividades lúdicas, vivências, garantindo o entendimento da criança e focando na aprendizagem significativa. Para Silva (2012), crianças com autismo clássico, isto é, aquelas crianças que têm maiores dificuldades de socialização, comprometimento na linguagem e comportamentos repetitivos, fica clara a necessidade de atenção individualizada (Silva, 2012, p. 109).

Nesse sentido, é de suma importância que os profissionais da educação infantil devam conhecer o decreto nº 6.094/2007 que regulamenta e delimita o trabalho do professor no tocante a novas abordagens epistemológicas na aprendizagem escolar, na inclusão e no desenvolvimento da criança, sendo que o sistema emocional, afetivo, cognitivo e social de crianças com deficiência do neurodesenvolvimento se torna comprometido por terem um maior esforço para organizar seu sistema neuronal dentro de uma adaptação de rotina, para então começar a compreender o processo de convivência social e emocional (Cunha, 2017, p. 117).

O trabalho de parceria entre a escola, família e sociedade é uma tríade importantíssima para ajudar as crianças com deficiência no seu desenvolvimento mútuo, social, educacional e atitudinal. Saber compreender uma criança TEA e PC sem causar constrangimento é uma tarefa humanitária de inclusão e garantia de direitos. Ressaltando que todas as deficiências são bem peculiares e únicas a cada criança. Nos autistas há uma variação considerável de autismo, sendo mais frequentes e conhecidos os traços do autismo pelos níveis de suporte 1, 2 e 3, mais comum no sexo masculino. Atualmente, o autismo não é um único problema de saúde, apenas, mas sim um distúrbio de desenvolvimento complexo, que é definido de um

ponto de vista comportamental, que apresenta etiologias múltiplas e que se caracteriza por graus variados de gravidade (Rotta, 2007, p. 423).

Destarte, surge a indagação, o que é deficiência? No artigo 2º da Lei 13.146/2015 pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, Lei 13.146, 2015).

Comprometimento do aparelho locomotor, que compreende o sistema osteoarticular, o sistema muscular e o sistema nervoso. Doenças ou lesões que afetam quaisquer sistemas isolados ou em conjunto podem produzir quadros de limitações físicas de grau e gravidade variáveis, segundo os segmentos corporais afetados e o tipo de lesão ocorrida. Cita-se para conhecimento rápido a deficiência da Paralisia Cerebral-PC, diagnosticado pela Classificação Internacional de Doenças (CID), CID 10 G80, tido como transtorno neurológico do desenvolvimento, sendo mais comum na infância.

Professores/as de alunos com deficiências mais acentuadas, que comprometem sua capacidade de comunicação, devem utilizar recursos tecnológicos como comunicação alternativa ou aumentativo-ampliada, tais como os softwares que permitem às pessoas com comprometimento motor mais grave, poder utilizar o computador, celular ou outra ferramenta digital para se comunicar. As escolas devem assegurar rampas adequadas, banheiros e bebedouros adaptados, sempre de acordo com as normas vigentes (Cunha, 2017, p.116).

Diante da pesquisa em estudo, se torna visível que o conhecimento sobre inclusão das crianças com deficiência na sociedade tem sido uma tarefa árdua. Podemos observar que o documento que entrou em vigor no país, o qual rege a Educação Nacional, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), traz pouca referência sobre a Educação Especial/Inclusiva.

O CEI Pequeno Lucas apresenta uma estrutura arquitetônica padrão MEC, foi uma das escolas contempladas com recursos do governo federal em 2013, propícia ao mundo infantil. Com jardim em seu entorno, arborizada, plantas medicinais, horta, rampas de acessibilidade, com parquinho, área de recreação, pátio de acolhida, com uma sala de direção e coordenação, uma secretaria, sala de planejamento dos professores/as, duas Salas de Recursos Multifuncionais-SRM e Atendimento Educacional Especializado-AEE (Salas adaptadas), banheiros adultos masculino e feminino, banheiros infantis masculino e feminino com acessibilidade, uma cantina, uma sala de leitura e brinquedo sala, nove salas de aula atendendo 278 crianças divididas nos turnos manhã e tarde, com faixa etária de dois anos e meio aos cinco anos de idade, no AEE são atendidas 44 crianças, sendo 43 com TEA(Transtorno do Espectro Autista) ou TDAH(Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade) e 1 PC(Paralisia Cerebral). A escola em seu quadro de funcionários totaliza 45 pessoas, sendo duas professoras especializadas para o atendimento nas salas AEE.

O Projeto Político Pedagógico foi elaborado com os diferentes seguimentos educacionais juntamente com a comunidade escolar, visando sempre o bem-estar da criança no que se refere aprender brincando, ao lazer, aulas de campo, pesquisas, momentos culturais, produções e oficinas de brinquedos, bijuterias, pinturas, escritas e letramento de forma lúdica e prazerosa. Incluindo também projetos como Geobrancader e Língua Brasileira de Sinais-Libras, garantindo o direito da Educação Especial e Inclusiva para todas as crianças. A escola contempla ambientes educativos com jogos, símbolos, leitura, escrita e sinais, favorecendo uma ótima aprendizagem oral e visual.

As crianças no CEI Pequeno Lucas, inclusive as crianças com deficiência participam ativamente das atividades lúdicas e práticas realizadas no decorrer do ano letivo, favorecendo, assim, uma aprendizagem significativa. Sendo perceptível a alegria das crianças durante as atividades vivenciadas, podendo comprovar pelo número de crianças frequentes diariamente. Vale ressaltar que, as crianças aprendem

brincando e brincando elas são felizes, porque a aprendizagem se torna prazerosa e envolvente. Segundo a BNCC (2018), a construção de novas aprendizagens, na escola e para além dela, esteja pautada na continuidade das aprendizagens e no acolhimento afetivo, considerando o desenvolvimento integral da criança para assegurar o seu direito de brincar e aprender (BNCC, 2018, p.35).

Para Braga (2018), todas as crianças, durante as brincadeiras utilizam o faz de conta, do mundo de fantasia, desenvolvendo a criatividade, as funções psíquicas ligadas a Inteligência e a cognição, as quais reproduzem o seu entendimento de acordo com o momento imaginário de cada uma, o que difere das crianças atípicas que devido à falta de organização neuronal, esse pensamento da criação imaginária não tem o mesmo ritmo de pensamento. As brincadeiras precisam ser bem objetivas e criativas para despertar o entendimento delas de forma sucinta, com menor intensidade, por vezes repetitivas (Braga, 2018, p. 81).

Nestes termos, após o primeiro contato in loco observação das crianças durante a realização das atividades, de modo inclusivas, seguiu-se o percurso de estudo, roda de conversas, entrevistas com profissionais da instituição e familiares que acompanham as crianças com TEA e PC para elucidar os fatos e tornar a pesquisa profícua. Algo peculiar que se observou, foi à participação dos pais e comunidade escolar durante os momentos de acolhida coletiva que acontecem duas vezes por semana, nas segundas-feiras e sextas-feiras, com música de acolhida, oração da criança, hino Nacional e Municipal, seguida de uma música que trabalha os movimentos do corpo e o desenvolvimento motor presente na psicomotricidade da criança, finalizando o momento com a participação da Professora do AEE com o ensino da Língua Brasileira de Sinais-Libras, em seguida, as famílias conduzem as crianças as suas salas onde dão continuidade às atividades na sala comum com as professoras e o apoio dos cuidadores/as que conduzem as crianças com deficiência.

Durante o momento de acolhida na escola pesquisada, podemos perceber a inclusão acontecendo de crianças típicas e atípicas em que a maioria das crianças

típicas demonstram consciência que alguns movimentos estereotipados das crianças atípicas, devem ser respeitados e que essas crianças precisam ser acolhidas sem causar estranheza pelo grupo. Esse entendimento se torna comum porque são momentos trabalhados com todos da escola em roda de conversas, peças teatrais, carreatas inclusivas, atividades vivenciadas no chão da sala de aula, antecedida do trabalho colaborativo com a comunidade escolar. Segundo Cunha (2017), mesmo que a criança não aprenda perfeitamente o que se busca ensinar, ele estará trabalhando a interação, a comunicação, a cognição e os movimentos (Cunha, 2017, p. 59).

As atividades inclusivas são trabalhadas cotidianamente na escola, começando desde o transporte escolar, perpassando pelo porteiro da escola, jardineira, gestoras, cuidadoras, faxineiras, cozinheiras, até chegar dentro da sala de aula, onde as professoras continuam a construção de uma inclusão discutida e de fato, vivenciada. As crianças do AEE têm vaga garantida no estacionamento da escola, pois, pensar em inclusão é se pensar em uma gestão democrática de garantia de direitos e exigência de deveres para o usufruto da cidadania, uma vez que a missão da escola está estampada na porta de entrada da instituição, entre outras palavras: tornar o educando crítico e reflexivo dos seus direitos e deveres para a construção da cidadania. Entre outros momentos que acontecem na escola de forma mais intencional como a Semana da Pessoa com Autismo, Orgulho Autista e Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, bem como os projetos disseminados e vivenciados durante o ano letivo como Mãos que falam-Libras, Cultura e Identidade, entre outros.

As crianças atendidas no AEE vivenciam seu processo de autonomia para uma vida independente na primeira infância o que faz uma diferença imensurável para o seu desenvolvimento, uma vez que as professoras do CEI Pequeno Lucas se deslocam a cada 50 minutos da escola com o motorista para pegar a criança em casa e trazê-la sozinha para o atendimento na escola sem a companhia dos pais ou responsáveis. Nos primeiros atendimentos é bem difícil essa entrega da família e o

desligamento da criança em deixar os pais e sair com uma pessoa que ainda é estranho para ela, porém, com mais ou menos três atendimentos a criança já tem criado um vínculo de confiança com a professora que favorece a aprendizagem significativa tanto na sala de recursos, quanto na sala comum de ensino onde a criança deve estar todos os dias. Esse acolhimento para o desenvolvimento da vida da criança faz a diferença na escola pesquisada. Como afirma Cunha (2017), o acolhimento de maneira lúdica deve ser agradável, para não se tornar um enfado e não haja irritabilidade, mas sempre uma nova descoberta para ser experienciada (Cunha, 2017, p.33).

O atendimento na sala de recursos multifuncionais-SRM acontece todos os dias, sendo cada criança atendida duas vezes na semana, por um tempo de 50 minutos. Os atendimentos acontecem de forma individual ou em duplas, depende da deficiência ou do nível de suporte da criança com autismo e suas comorbidades. Como o objetivo do AEE deve ser trabalhar o comportamento das crianças para o desenvolvimento da sua autonomia para uma vida independente, de modo peculiar coordenação motora grossa e fina, atenção, concentração, desenvolvimento sensorial, motor e cognitivo, se presa o atendimento individual para melhor realizar essa desenvoltura, quando necessário, o trabalho de duplas acontece de acordo com a afinidade das crianças para obtenção de resultados satisfatórios.

A criança com Paralisia Cerebral – PC, atendida no AEE, apresenta dificuldades na locomoção, higienização, alimentação e comunicação, no entanto, o cognitivo é preservado, compreende quem fala, porém, responde através do olhar e do sorriso. Criança com comprometimentos nos membros inferiores e superiores, com necessidades especiais do uso de cadeira de rodas para sua locomoção. Criança esperta e simpática que manifesta interesse em passear, está na escola para os atendimentos e participar dos eventos como: desfile cívico, abertura de olimpíadas, momentos comemorativos na escola. A criança entende que irá para os momentos somente com a professora do AEE, a qual tem uma confiança e um apego

inquestionável. Quando a criança entra na escola as demais crianças correm para acolhê-lo e ele demonstra sua alegria e gratidão com sorrisos e um olhar encantador.

O CEI Pequeno Lucas prepara seus profissionais para saber lidar e acolher bem as crianças com deficiência desde a Semana Pedagógica que antecede o início do ano letivo e se estende durante todo o período letivo com outros momentos formativos. Por conseguinte, a escola ganha credibilidade e confiança dos pais por desenvolver ações acolhedoras e inclusivas. Percebe-se durante a fala dos pais a preocupação quando os filhos e filhas completam 5 anos, sofrem por antecedência em saber que será chegada a hora de pedir transferência para outra escola. Surge sempre o questionamento: como o meu filho/a será acolhido/a no ano seguinte? Cândido afirma que compete aos profissionais dentro de sua área de especificidade de atuação a tarefa de promover suporte e orientação às famílias de crianças com TEA (Cândido, 2018, p. 154).

Durante todo o desenvolvimento da pesquisa foi gratificante presenciar a interação e desenvoltura das crianças na realização das atividades inclusivas, uma energia gigantesca em que o espaço se torna mínimo diante da grandeza radiante daqueles pequenos com personalidades diferentes fazendo a diferença acontecer no ambiente escolar, sendo protagonistas do saber conhecendo e valorizando a diversidade cultural e humana que emana no meio daqueles pequenos grandes seres. Destarte, se entende que educação da base se constrói com a interação e participação de todas as crianças independente das suas especificidades, todas são capazes de evoluir e aprender por meio das diferentes metodologias planejadas e vivenciadas por todos os envolvidos no ambiente escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que o estudo da temática diz respeito à educação especial/inclusiva como parte integrante para uma sociedade mais justa e igualitária como rege o próprio sistema de ensino, buscando vivenciar avanços significativos que contemple todos os campos do saber. O tema apresentado nesta escrita de pesquisa se torna fundamental para entendermos como a escola é importante na vida das pessoas, de modo peculiar na primeira infância, pois nela se reforçam valores passados pelos pais e se constroem mais ainda, no ambiente escolar, onde a diversidade cultural trabalhada acontece de forma dinâmica e natural.

Diante do exposto, percebe-se a relevância do diagnóstico precocemente das crianças com TEA e o acompanhamento realizado por todos os profissionais que compõem a equipe multidisciplinar para o desenvolvimento significativo da criança para uma vida autônoma e independente.

Destarte, foi notório que o CEI Pequeno Lucas, apesar dos inúmeros desafios enfrentados, com um elevado número de crianças e poucos recursos para atender as demandas pedagógicas, administrativas e acessíveis, atendem os requisitos de uma escola especial na perspectiva inclusiva, oferecendo suporte de complementação e suplementação para o desempenho humano, afetivo, cognitivo, corporal/motor, social e educacional na qual venha garantir a autonomia da criança na vida adulta.

Sendo os profissionais motivados pela escola para participarem da formação continuada com o objetivo de garantir um ótimo acolhimento e conhecimento para a vida integral das crianças com metodologias inclusivas, diversificadas e lúdicas de modo a contemplar as crianças em suas especificidades.

Conclui-se o desafio da escola continuar ofertando e ampliando seus serviços para atender com qualidade seus educandos e aos seus profissionais com todo material necessário a aprendizagem e pleno desenvolvimento das crianças, assim, é preciso que além de contar com a criatividade, conhecimento e empenho das educadoras sejam garantido mais estrutura para desenvolver com eficácia o trabalho que já vem sendo realizado, tendo sempre às famílias como parceiras.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Wilson Cândido. **Autismo: Azul e de todas as cores: guia básico para pais e profissionais**. – São Paulo: Paulinas, 2018. – (Coleção psicologia, família e escola).

BRASIL. **Agência IBGE notícias**. Disponível:
<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-a-trabalho-e-a-renda>. Acesso: 04 jul. 2024.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília. MEC, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível:
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso: 20 ago. 2022.

BRASIL. **Diretrizes operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica**. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/428-diretrizes-publicacao> PDF. Acesso em: 18 set. 2022.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei 9.394**, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, 7 de julho de 2015. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 17 set. 2020.

BRASIL. **Saberes e Práticas da Inclusão**. Declaração de Salamanca: recomendações para a construção de uma escola inclusiva. Coordenação geral: SEESP/MEC. Org. Maria Salete; Fábio Aranha. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2003. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf>. Acesso em: 20 ago 2022.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003. Universidade do Minho Braga, Portugal.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: Psicopedagogia práticas educativas na escola e na família.** – 7 ed.- Rio de Janeiro: Wak Ed.,2017. 140p.: 21 cm

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; PASCAL, Christina. **Documentação pedagógica e avaliação na Educação Infantil.** Porto Alegre: Penso, 2019. Disponível em: <https://doceru.com/doc/xvxn100>. Acesso em: 13 jul. 2023

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2006.** Disponível em: http://www.pcdlegal.com.br/convencaoonu/wpcontent/themes/convencaoonu/downloads/ONU_Cartilha.pdf. Acesso em: 18 set.. 2022.

ROTTA, N. T. **Transtorno de aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar.** Porto alegre: Artmed, 2007.

SILVA, A. B. B. **Mundo singular: entenda o autismo.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SILVA, Daniel Neves. **"Língua Brasileira de Sinais (Libras)";** Brasil Escola, 2012. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/educacao/lingua-brasileira-sinais-libras.htm>. Acesso em 17 de outubro de 2022.

XAVIER, Antônio Roberto; VASCONCELOS, José Gerardo; XAVIER, Maria Ravelli Cordeiro. Direitos humanos, educação inclusiva e diversidade. In: _____. LIMA, Maria Dalva Barros de.; LIMA, Maria Vandia Guedes (Orgs.). **II Congresso de Educação Instituto Dominus (II CEID).** – Viçosa: Imprece, 2018.